

NOTA TÉCNICA

Contingenciamento Federal atinge mais de 45% do orçamento aprovado para a Universidade Federal de Alagoas em 2019

A gestão da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), por meio desta nota técnica, vem prestar esclarecimentos quanto ao contingenciamento de recursos de custeio e capital das instituições federais de ensino superior (Ifes) implementado pelo governo federal no mês de maio de 2019.

O atual Governo Federal inicia sua gestão em 2019 com a primeira redução no orçamento das Ifes num período de dez anos. Através da lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, o orçamento da Ufal foi aprovado em R\$ 848.502.231 milhões, já com uma redução expressa de 0,1 % em relação ao ano passado, o que representa R\$ 747.752 a menos para a Universidade em relação ao ano anterior.

O valor global aprovado na lei orçamentária anual (LOA) expressa os custos com pessoal e encargos, despesas correntes (ou custeio) e capital (ou investimentos). Especificamente no custeio, a redução é ainda mais expressiva com um percentual de 0,84% e um valor de R\$ 1,05 milhão.

Tabela 1: Orçamento global por grupo de despesa (2018 e 2019)

GRUPO DE DESPESA	2018	2019
1 - Pessoal e encargos sociais	R\$ 715.448.547,00	R\$ 708.509.787
3 - Outras despesas correntes	R\$ 124.347.054,00	R\$ 123.297.386
4 - Investimentos	R\$ 9.454.382,00	R\$ 16.695.058
TOTAL	R\$ 849.249.983	R\$ 848.502.231

O valor descrito acima reflete somente a redução nominal do orçamento da Ufal. Em valores reais, o descaso com o ensino superior público e gratuito é muito maior. Considerando a média do índice inflacionário em torno de 4% ao ano, conforme dados publicados pelo Banco Central, o crescimento do orçamento da Ufal deveria se manter constante neste mesmo percentual, isto porque mais de 50% das despesas do custeio dizem respeito a contratos administrativos que atendem a índices globais de reajustamento de preços todos os anos.

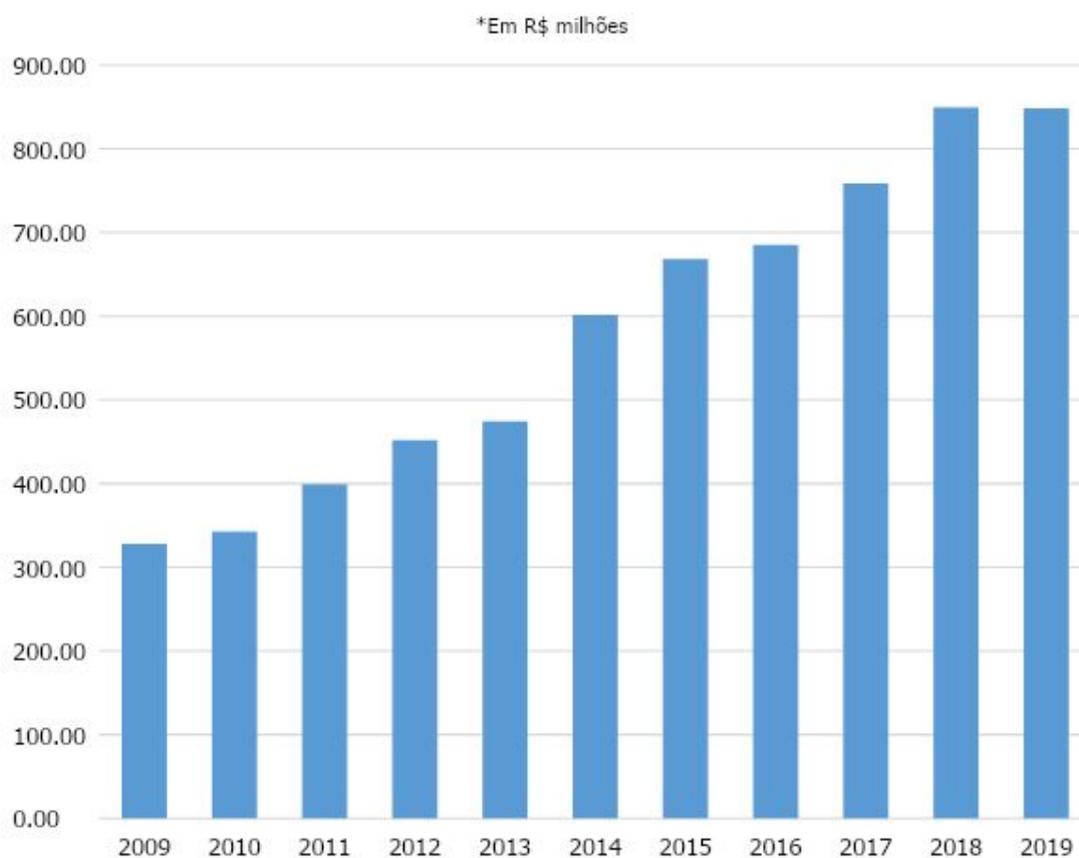
Fazendo um recorte temporal a partir da LOA de 2015 (Lei nº 13.115 de 20/04/2015), cujo custeio previa o valor de R\$ 120,7 milhões, temos uma diminuição real de R\$ 17,9 milhões, conforme tabela exemplificativa abaixo.

Tabela 2: Projeção orçamentária com base no índice inflacionário de 4% a.a. (2015 a 2019)

	Projeção (Em milhões)	Projeção (%)	Lei Orçamentária Anual (Em milhões)	Efetivo (%)
2015	-	4%	R\$ 120,71	
2016	R\$ 125,53	4%	R\$ 118,23	-2,05%
2017	R\$ 130,56	4%	R\$ 124,42	5,24%
2018	R\$ 135,78	4%	R\$ 124,35	-0,06%
2019	R\$ 141,21	4%	R\$ 123,30	-0,84%

Em análise ainda mais avançada sobre o tema, em 2019 temos a primeira diminuição nominal do orçamento global da Ufal em dez anos, considerando neste período (2009-2019) uma média de crescimento de 10,2% ao ano, chegando a 26,8% de crescimento em 2014 com relação a 2013.

Gráfico 1: Evolução orçamentária global da Ufal (2009 a 2019)



Na contramão dos duros cortes orçamentários sofridos pela Ufal, temos a indispensável expansão e aprimoramento do ensino, da pesquisa e da extensão no

estado de Alagoas. De 2014 até 2019, a Ufal abriu 8 novos cursos, incluindo o curso de medicina em Arapiraca. Os novos cursos representam mais de 300 novas vagas nesse período. De 2014 a 2018 o número de concluintes nos cursos de graduação passou de 2178 naquele ano, para 2713 no último, o que representa um aumento de 27,49% no total de estudantes diplomados por ano.

Para atendimento desta demanda, os contratos administrativos aumentaram de R\$ 40,9 milhões para R\$ 61,6 milhões em 2018. Para 2019 a previsão é de R\$ 68,8 milhões com a entrega de novos prédios, como é o caso da unidade educacional de Santana do Ipanema e do Complexo Esportivo no Campus A. C. Simões, em Maceió.

Motivada pelo descaso do Governo Federal com os orçamentos das Ifes, ratificado por meio da emenda constitucional nº 95/2016, a gestão da Ufal se junta ao movimento das instituições públicas de ensino brasileiras e vem tornar pública a anúnciação do endividamento da universidade, que já possui estimativas, como vemos a seguir.

Desde o ano de 2018, os fornecedores de produtos e serviços começaram a sofrer com o reflexo da diminuição orçamentária na Ufal, em decorrência do não cumprimento das parcelas contratuais de novembro e/ou dezembro daquele ano, dívida assumida pela gestão para pagamento no início de 2019, já com o novo orçamento aprovado. Este montante está acumulado em R\$ 6,4 milhões, pagos em despesas de exercício anterior. Considerando o orçamento insuficiente e o comprometimento de parte do orçamento de 2019 com despesas acumuladas de 2018, é imperativo que, por maior que seja o esforço, a universidade não consiga cumprir com as suas obrigações contratuais sem atraso.

Com os custos mensais estimados em R\$ 7 milhões, a matriz OCC¹ é, atualmente, a única parte do custeio da universidade capaz de subsidiar as despesas contratuais e administrativas gerais. Dentro do orçamento das despesas correntes do ano de 2019, apenas R\$ 70,8 milhões estão alocados na matriz OCC. Considerando os custos dos contratos administrativos já mencionados somando-se ao comprometimento de despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 6,4 milhões temos R\$ 75,2 milhões em custos. Considerando a continuidade dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, temos, paralelamente, um custo anual de R\$ 10,1 milhões em pagamentos de auxílio à estudantes e com isso uma estimativa de déficit orçamentário de aproximadamente R\$ 14,5 milhões ainda este ano, enquanto considerava-se a correta e integral liberação

¹ Matriz de Alocação de Recursos de Outros Custeios e Capital (OCC) ou Matriz Andifes

dos recursos autorizados em LOA.

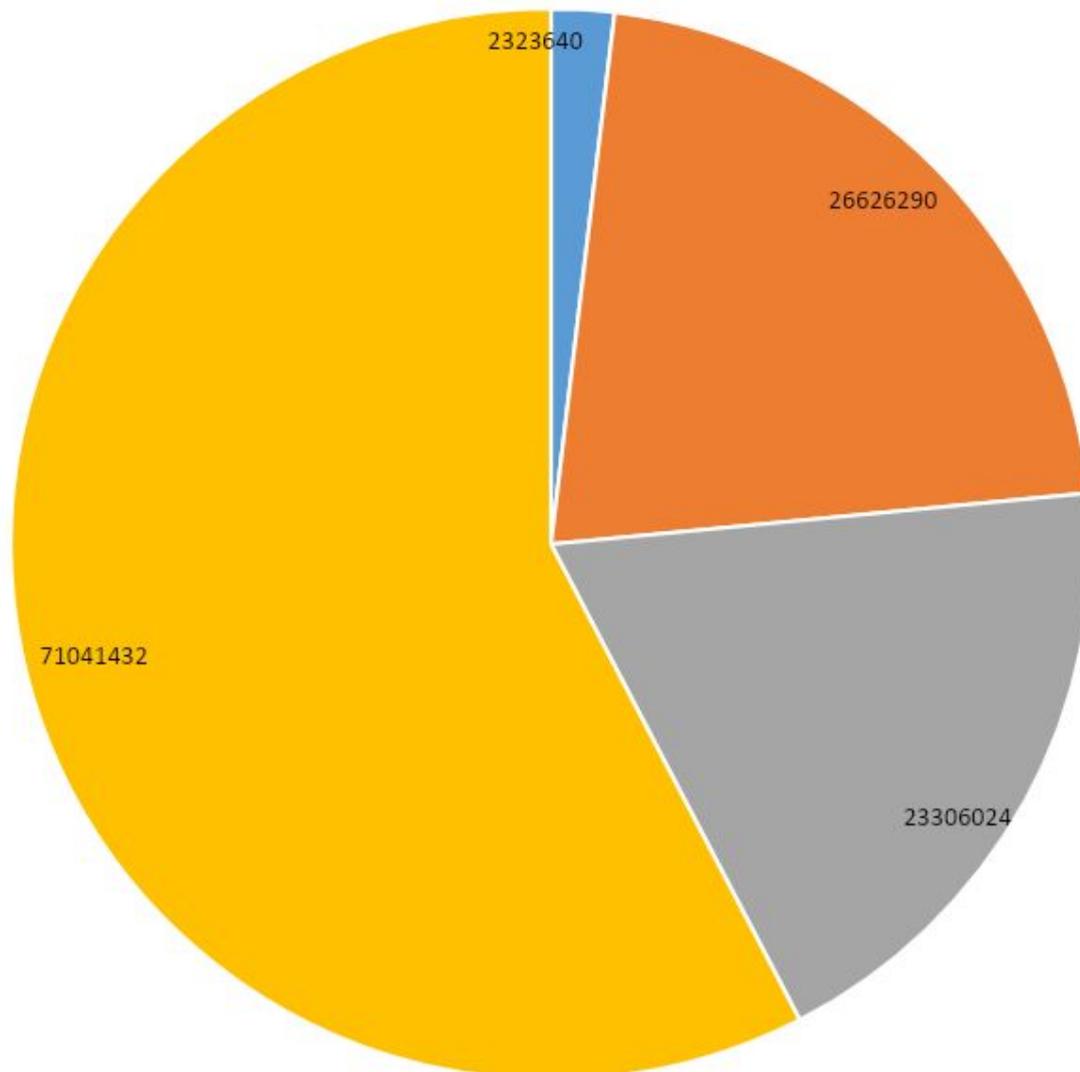
Com a publicação do decreto nº 9.741 em 29 de março, o Ministério da Educação sofre um corte de 25% do orçamento previsto para 2019, aproximadamente 5,8 bilhões de reais, e com isso o ministro da educação recomenda que façamos um ajuste de, pelo menos, 20% das nossas despesas. No dia 30 de abril de 2019, às vésperas do dia internacional do trabalhador, a Secretaria do Orçamento Federal (SOF) efetiva nas contas da universidade o bloqueio orçamentário na cifra de 39,5 milhões de reais, sob imposição do decreto subscrito pelo então Presidente da República, Jair Bolsonaro, e seu ministro da economia, Paulo Guedes.

O contingenciamento orçamentário atingiu todas as ações orçamentárias da Ufal pertencentes aos grupos de custeio e investimento, exceto as ações da assistência estudantil. Também não incidiram bloqueios sobre ação de pessoal e encargos sociais.

Para análise pormenorizada dos impactos orçamentários do bloqueio em comento, temos as seguintes situações: (a) Para efetivar bloqueio orçamentário, a SOF não considera recursos diretamente arrecadados, justamente por não ser fonte de recurso do tesouro nacional; (b) Apesar das ações de benefícios e sentenças judiciais serem calculadas como grupo 3 (ODC), são créditos que compõem o pagamento de folha e de precatórios e portanto não houve incidência de bloqueio; (c) Por não ter havido interferências nas ações de assistência estudantil (na Ufal, ações 4002 e 2994), também deveremos retirá-las da análise; (d) Não são consideradas, para fins de contingenciamento, as emendas individuais impositivas, em decorrência do resultado primário "6"². As tabelas 3 e 4 fazem a decomposição dos valores expostos nos tópicos acima para melhor visualização. O último valor é o resultado utilizado como base de cálculo para bloqueio da SOF, sendo assim, temos o efetivo bloqueio de 40% do custeio e 84% do investimento sobre os valores aprovados em LOA, 46,9% se somarmos os dois grupos.

² O decreto nº 9.741 indica bloqueio de dotações com resultado primário "2" e "3".

Gráfico 1: Decomposição do orçamento global para cálculo de bloqueio orçamentário – Outras despesas correntes



- RECURSOS PRÓPRIOS
- BENEFÍCIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS
- ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
- BASE DE CÁLCULO PARA BLOQUEIO

Gráfico 2: Bloqueio em relação ao orçamento *discricionário* – Outras despesas correntes

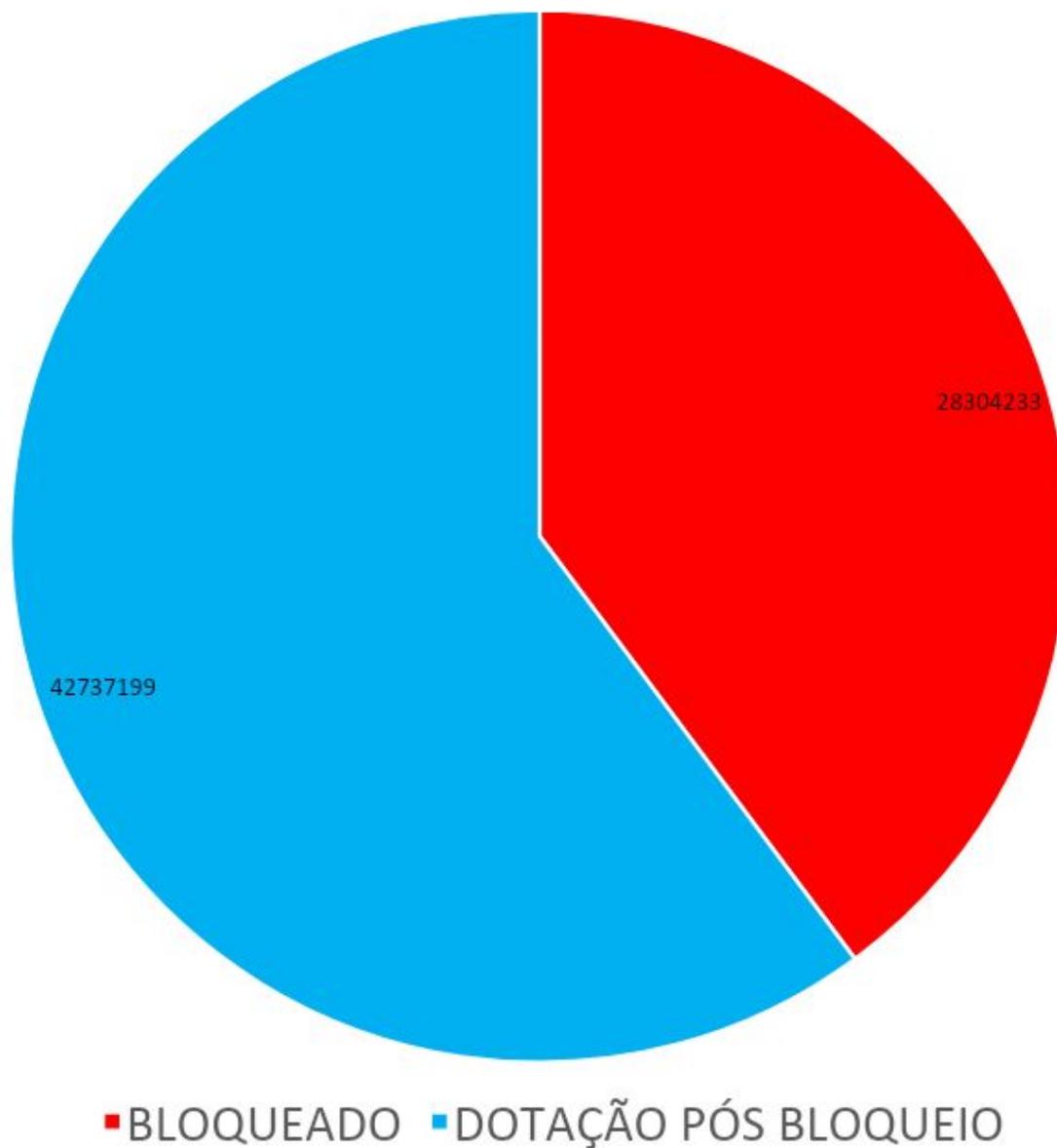


Gráfico 3: Decomposição do orçamento global para cálculo de bloqueio orçamentário – Investimentos

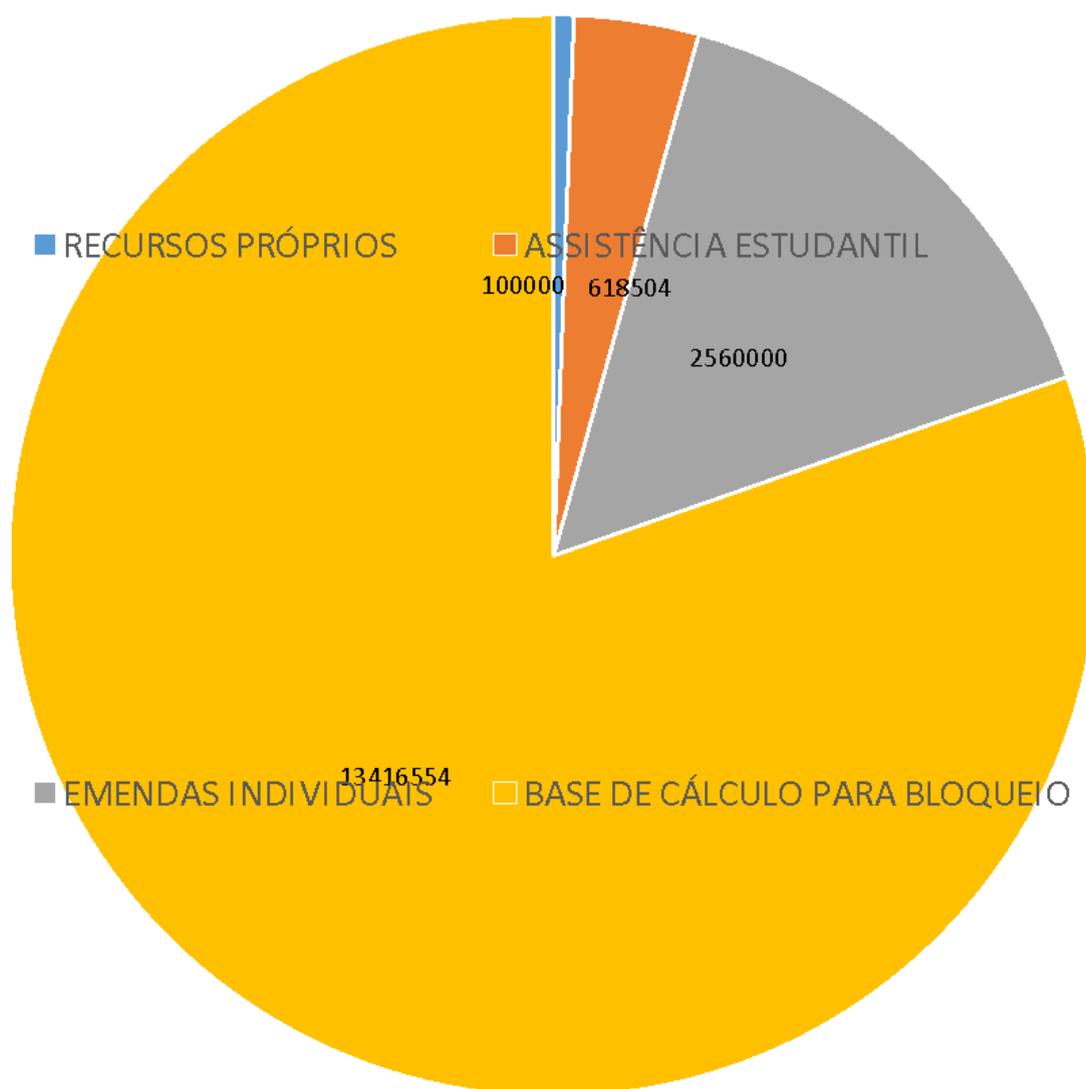
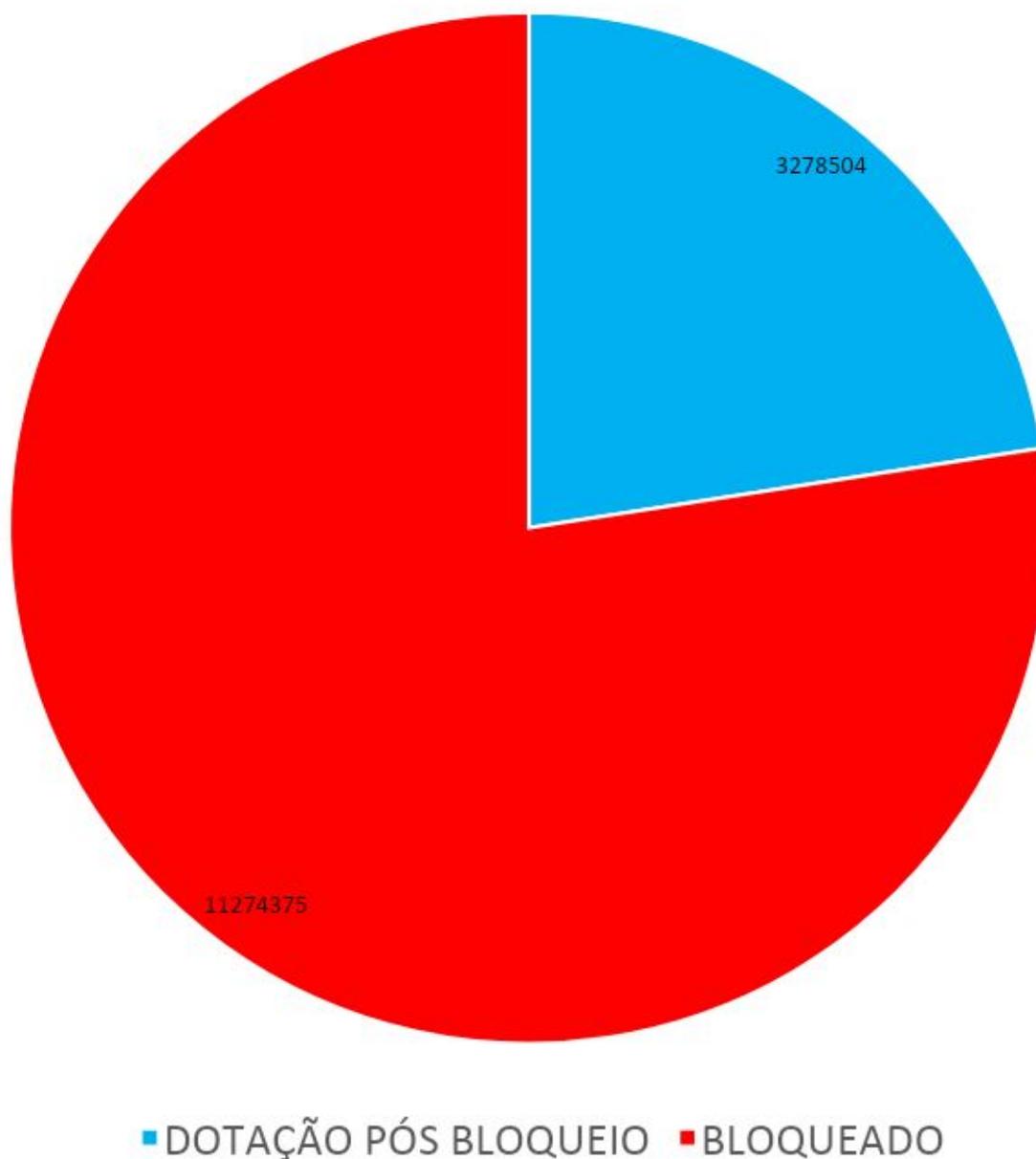


Gráfico 4: Bloqueio em relação ao orçamento *discricionário* – Investimentos



Em relação às ações orçamentárias que sofrerão diretamente com a redução de suas dotações está a ação de capacitação (-30%), o funcionamento da escola técnica de artes (-30%), os projetos vinculados à ação de fomento ao ensino, pesquisa e extensão (-30%), o hospital veterinário (-30%) e o funcionamento e manutenção do ensino superior (-42,3%) presentes na LOA. Para além disso, as emendas de bancada e de relator foram 100% bloqueadas e somam o total de R\$ 10.091.228,00, conforme tabela abaixo.

Tabela 3: Bloqueio conforme Decreto nº 9.741 de 29/03/2019 – Outras despesas correntes

	LOA 2019	BLOQUEIO	%	ORÇAMENTO PÓS BLOQUEIO
4572 - CAPACITAÇÃO	R\$ 1.340.000,00	R\$ 402.000,00	30%	R\$ 938.000,00
20RL - ESCOLA TÉCNICA	R\$ 640.821,00	R\$ 192.246,00	30%	R\$ 448.575,00
20GK - PROJETOS	R\$ 198.453,00	R\$ 59.535,00	30%	R\$ 138.918,00
20RK	R\$ 58.184.118,00	R\$ 24.476.884,00	42%	R\$ 33.707.234,00
20RK - HOSPITAL VETERINÁRIO	R\$ 82.912,00	R\$ 24.873,00	30%	R\$ 58.039,00
8282 - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 10.495.653,00	R\$ 3.148.695,00	30%	R\$ 7.346.958,00
TOTAIS	R\$ 70.941.957,00	R\$ 28.304.233,00	40%	R\$ 42.637.724,00

Tabela 4: Bloqueio conforme Decreto nº 9.741 de 29/03/2019 – Investimentos

	LOA 2019	BLOQUEIO	%	ORÇAMENTO PÓS BLOQUEIO
4572 - CAPACITAÇÃO	R\$ 30.000,00	R\$ 9.000,00	30%	R\$ 21.000,00
20RL - ESCOLA TÉCNICA	R\$ 342.873,00	R\$ 102.861,00	30%	R\$ 240.012,00
20RK - HOSPITAL VETERINÁRIO	R\$ 124.366,00	R\$ 37.309,80	30%	R\$ 87.056,20
20RK - EMENDA DE RELATORIA	R\$ 2.871.337,00	R\$ 2.871.337,00	100%	R\$ -
8282 - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 2.928.087,00	R\$ 878.426,00	30%	R\$ 2.049.661,00
8282 - EMENDA DE BANCADA	R\$ 7.219.891,00	R\$ 7.219.891,00	100%	R\$ -
TOTAIS	R\$ 13.516.554,00	R\$ 11.006.963,80	83,4%	R\$ 2.509.590,20

O contingenciamento implementado pelo Governo Federal representa R\$ 39,5 milhões em retrocesso para a universidade, trazendo um cenário exponencial de dívida, atraso de pagamentos e consequente paralisação dos serviços, reforçando as dificuldades que fomentam uma possível e lamentável evasão dos estudantes que não conseguem se manter na universidade sem alimentação, transporte, segurança e condições de permanência.

Deste modo, reafirmamos o compromisso com o ensino superior público e gratuito em Alagoas. Entendemos que a única forma de evitar que a formação de novos profissionais e a contribuição da universidade com a sociedade alagoana seja inviabilizada é a reversão do contingenciamento dos recursos pelo Governo Federal. Uma universidade pública socialmente relevante não se faz com cortes no orçamento, mas com a ampliação dos investimentos.